



Democracia e suas faces: a democracia brasileira está morrendo?

Democracy and its faces: is Brazilian democracy dying?

Matheus Oliveira de Araújo¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o cenário atual da democracia brasileira, além de entender as diferentes perspectivas sobre o conceito de democracia, entre elas a liberal e a marxista. Essa reflexão será feita através de uma discussão bibliográfica que conta com a antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz, com o cientista político David Ruciman, com o filósofo contemporâneo Byung-Chul Han e com a advogada e apresentadora Gabriela Prioli, entre outros historiadores e especialistas que apresentam uma visão geral sobre a democracia e apontam reflexões que nos chamam a atenção para a política. A democracia brasileira está passando por um momento delicado, com intensa polarização e intolerância, por isso é preciso ficar atento ao futuro.

Palavras-chave: democracia; Brasil; política.

Abstract

This article aims to reflect on the current scenario of Brazilian democracy, in addition to understanding the different perspectives on the concept of democracy, including liberal and Marxist. This reflection will be made through a bibliographic discussion that includes the anthropologist and historian Lilia Schwarcz, the political scientist David Ruciman, the contemporary philosopher Byung-Chul Han and the lawyer and presenter Gabriela Prioli, among other historians and specialists who present an overview of democracy and point out reflections that draw our attention to politics. Brazilian democracy is going through a delicate moment, with intense polarization and intolerance, so it is necessary to pay attention to the future.

Keywords: democracy; Brazil; politics.

Introdução

¹ Graduando do 4º ano de História do Unisagrado. Artigo realizado sob a orientação dos professores Drs. Lourdes M. G. C. Feitosa e Roger M. M. Gomes, para as disciplinas de Metodologia da Pesquisa em História e História Contemporânea.



A democracia brasileira, desde a sua redemocratização em 1985, tem sido um elemento chave no país. Durante décadas, o Brasil se orgulhou de sua capacidade de realizar eleições regulares, defender os direitos civis e promover a participação popular na tomada de decisões políticas. No entanto, nos últimos anos, o país tem enfrentado uma crise profunda em sua democracia, levantando preocupações sobre sua estabilidade e funcionamento.

A crise da democracia brasileira tem sido marcada por uma série de desafios e controvérsias. Entre os principais fatores que movimentam essa crise estão a corrupção generalizada, a polarização política e o enfraquecimento das instituições democráticas. A corrupção se tornou um tema central na política brasileira, com escândalos envolvendo funcionários do governo, partidos políticos e grandes empresas. Esses casos quebraram a confiança e colocaram em xeque a integridade do sistema político. Além disso, a polarização política tem se intensificado, com a sociedade brasileira dividida entre visões políticas opostas e um clima de confronto. Esse ambiente polarizado dificulta o diálogo e a busca por soluções consensuais, o que enfraquece a capacidade do país de enfrentar desafios e tomar decisões efetivas.

Outro fator preocupante é o enfraquecimento das instituições democráticas. O sistema judiciário e as agências reguladoras têm enfrentado ataques e interferências políticas, comprometendo sua independência e eficácia. Além disso, a liberdade de imprensa tem sido ameaçada, com jornalistas enfrentando intimidação e restrições em seu trabalho. Por fim, representantes políticos têm desafiado as bases da democracia brasileira. Esses representantes muitas vezes adotam discursos autoritários, promovem a polarização e minam as instituições democráticas em busca de poder e controle.

O movimento de 8 de janeiro de 2023, que ficou conhecido quando indivíduos de extrema direita invadiram prédios dos três poderes da capital brasileira, quebrando e destruindo um patrimônio do povo brasileiro, é um exemplo de como essa polarização pode trazer consequências graves para a democracia, pois exemplificou a polarização política, os discursos de ódio, a questão da intolerância, a rivalidade do “bem” contra o “mal”, o ressentimento e o distanciamento do espírito democrático que o Brasil vem enfrentando e se intensificando nos últimos anos. Diante desse fato, se levanta as seguintes questões: a democracia brasileira está morrendo? Quais são as causas que levam



a essa situação? Como é construída essa mentalidade que ficou em evidência nesse ato golpista?

Nesse sentido, é essencial compreender os fatores que contribuíram para essa assimetria política e para disseminação de discursos de ódio e intolerância. Além disso, é importante analisar como o uso das redes sociais e o dualismo entre o “bem” e o “mal” na política brasileira podem ampliar esses fenômenos. Diante dessa crise, esse tema se torna relevante, por conta de toda repercussão nacional e internacional, pois nunca na história política brasileira se viu algo como esse ataque à democracia. Por fim, é prioridade que sejam tomadas medidas para fortalecer a democracia brasileira. Isso inclui o combate efetivo à corrupção, o fortalecimento das instituições, o estímulo ao diálogo e à busca por consensos, e a promoção de uma cultura política baseada no respeito aos direitos civis e na participação cidadã. Somente assim será possível superar os desafios e restaurar a confiança na democracia brasileira.

Democracia às avessas

O conceito de democracia é fruto de um longo processo, que começou a amadurecer na Grécia antiga, na cidade-Estado de Atenas, onde nasceu não só a palavra, mas também o regime democrático. No livro “Grécia e Roma”, o historiador Paulo Funari ressalta que democracia, em grego, quer dizer “poder do povo”, ou seja, um governo da maioria, visto que o poder político deve ser exercido pelo povo, que é representado pela maioria da população, assim as decisões políticas devem ser tomadas de acordo com a vontade da maioria (Rosenfield, 2008). A democracia ateniense era direta, isso significa que todos os cidadãos podiam participar das decisões políticas de maneira direta e ativa na assembleia do povo (Eclésia), contudo mulheres, estrangeiros, escravos e crianças eram excluídos, ou seja, não eram considerados cidadãos, assim não possuindo nenhum direito garantido.

Na democracia ateniense, os cidadãos tinham três direitos essenciais: liberdade individual, igualdade com relação aos outros cidadãos perante a lei e direito a falar na Assembleia (Funari, 2019). Tais direitos foram primordiais para a formação e construção dos governos democráticos e também decisivos para diversos momentos históricos,



resultando nesse imaginário de democracia que temos até os dias de hoje. A democracia é um sistema político composto de múltiplas dimensões (Rosenfield, 2008), que se desenvolvem em diferentes níveis de profundidade, isso inclui a liberdade política (participar das decisões políticas), igualdade política (igualdade perante a lei), a justiça social (distribuição equitativa dos bens e serviços sociais) a participação social.

A democracia é um processo, não um estado (Rosenfield, 2008), ou seja, a democracia está sempre se desenvolvendo e se aprimorando, pois se concretiza no cruzamento de liberdades. Entretanto, de acordo com o moderno conceito de democracia, não basta o exercício da liberdade de opinião e do direito de participar da vida pública para que se tenha um regime democrático, deve haver também a separação e o equilíbrio de poderes e eleições periódicas e inclusivas (Prioli, 2022). A democracia também tem por função garantir o exercício dos direitos políticos, civis e sociais, devendo ainda promover o respeito pelas diferenças. Dessa forma, as democracias modernas, inclusive no Brasil, convivem hoje com profundas desigualdades sociais e frequentes manifestações de desrespeito aos direitos básicos, assim não se há o pleno desenvolvimento de uma democracia (Azevedo, Seriacopi, 2005).

No Brasil, a implementação da República foi uma saída legítima diante da falência do Império (Schwarcz; Starling, 2018). A instalação da República significaria a ampliação dos direitos políticos e da liberdade no Brasil, mas não foi isso que aconteceu, pois, o poder ficou na mão de poucos e reflete até os dias de hoje. Tiveram avanços como o poder do voto as mulheres, direitos trabalhistas e garantia de direitos básicos como acesso à saúde, à educação, sendo resultado de pressões e conflitos do jogo democrático vindo da participação ativa dos indivíduos e dos grupos sociais que apresentam novas demandas e questionamentos, mas desde sua origem a democracia foi um mito e exige sacrifícios e confiança (Runciman, 2018). Um mito, pois se criou um imaginário que o poder vinha do povo e era controlado pelo povo, mas na prática somente uma parcela tem esse poder em mãos, visto que vivemos em uma sociedade diferente da Grécia Antiga, com repúblicas complexas e com suas particularidades, tornando impossível replicar um modelo democrático na era moderna.

Além de ser um mito, a democracia exige sacrifícios, pois em uma eleição o eleito foi escolhido através do voto, um direito garantido, assim se o seu candidato não é eleito



a única saída é aceitar o resultado e esperar as próximas eleições, ou seja, a democracia também exige na renúncia das vontades e opiniões particulares e depende do consenso para funcionar. Sem consenso não há verdade. A verdade é uma construção social que possibilita a vida humana em harmonia. A convenção é necessária para evitar o conflito generalizado. Diante disso é que surge para Runciman a questão da confiança,

Um dos enigmas centrais da ciência política é explicar a persistência da democracia, que é fundamental uma questão de confiança: aqueles que correm o risco de perdas com o resultado de uma eleição precisam confiar que vale a pena perseverança até a próxima disputa eleitoral. Os ricos precisam confiar que os pobres não irão tomar seu dinheiro. Os militares precisam confiar que os civis não irão tomar suas armas. (Runciman, 2019, p. 7)

A democracia está passando por uma crise de meia idade, muito se justifica quando há a quebra da confiança, a partir disso a democracia começa a desmoronar (Runciman, 2018). As manifestações no Brasil em 2013 foram protestos em todo o país que ocorreram em junho daquele ano e tiveram um impacto significativo na política e na sociedade brasileira. Essa grande movimentação começou em São Paulo devido a um aumento nas tarifas de ônibus, mas rapidamente se espalhou para outras cidades. No entanto, elas não se limitam apenas ao preço dos transportes, as pessoas estavam insatisfeitas com uma série de questões, como a corrupção, os gastos públicos excessivos, os serviços públicos precários e a falta de representatividade política. As manifestações reuniram milhões de brasileiros em todo o país. Elas foram marcadas por uma forte presença nas redes sociais, o que facilitou a organização e a disseminação de informações.

O governo respondeu às demandas, revogando o aumento das tarifas de ônibus e prometendo medidas para abordar outras preocupações. Como consequência esses atos tiveram um impacto duradouro na política brasileira. Eles abriram espaço para um maior debate sobre questões sociais e políticas e influenciaram as eleições subsequentes. A insatisfação popular manifestada nas ruas levou a uma crescente polarização política e contribuiu para a fragmentação do sistema partidário. Além disso, essas manifestações prepararam o terreno para eventos políticos importantes (Schwarcz; Starling, 2018).

Em resumo, as manifestações de 2013 foram um marco na história recente do Brasil, refletindo o desejo da sociedade por mudanças e tendo impactos significativos na política e na forma como os brasileiros enxergam seu papel na democracia. Em 2014, em meio a



denúncias, prisões, condenações de políticos e empresários, foram realizadas as eleições para presidente. Foram para segundo turno Dilma Roussef, tentando a reeleição, e Aécio Neves, candidatado da oposição. Com uma diferença mínima Dilma é reeleita. O que chama a atenção dessa eleição foi que 30% dos brasileiros não votaram (30.137.479) ou votaram branco/nulo (1.921.819/5.219.787) (Costa,2022). Isso mostra a desesperança com a política. No ano de 2015, o país entrar em um estado de cansaço total motivado pela crise econômica, pelos casos de corrupção que vinham assolando o país, alta taxa de desemprego, crise política, desastre ambiental e a falta de controle do governo sobre assuntos do dia a dia.

Todo esse cansaço no final de 2015, considerado um ano perdido, faz com que a política brasileira começasse a entrar numa encruzilhada, ou seja, num jogo pela disputa do poder, evidenciando o patrimonialismo político, nas palavras da historiadora e antropóloga Lília Schwarz “um dos principais inimigos da nossa República” pois há um entendimento equivocado sobre o que é Estado, em que um bem público é tratado como um bem pessoal, e o estamento do poder. Esse cenário vai ser decisivo em vários acontecimentos, como no impeachment da presidenta Dilma em 2016, mas também influenciando de maneira muito forte nas eleições de 2018 e 2021, em que se vê a disputa de dois partidos paralisando o país e a sociedade no meio desse impasse ficando sem condições de compreender e mudar os rumos do Brasil se tornando refém na mão de uma elite política e econômica (Costa,2022).

Democracia em risco

Para o historiador Carlos Fico, em seu livro “História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais”, não cabe aos historiadores fazerem profecias, mas para toda sociedade brasileira seria uma frustração voltar a viver em um regime sem liberdade, repressão e violência como foi durante a Ditadura cívico-militar (1964-1985). Steven Levitsky e Daniel Ziblatt deixaram registrado em “*Como as democracias morrem*”, que “A vasta maioria das democracias do mundo – de Argentina, Brasil, Chile e Peru até Grécia, Espanha, República Checa e Romênia, passando por Gana, Índia, Coreia do Sul e África do Sul – permanece intacta” (p. 157), mas percebesse que a situação brasileira de integridade está mais que em jogo na atualidade.



De um lado, a democracia pode ser um instrumento para a realização de novos direitos e a abertura de novos espaços para a participação popular, em que pode ser usada para garantir a igualdade, a justiça social e a liberdade dos cidadãos. De outro lado, a democracia pode levar à burocratização de tudo aquilo que é coletivo, assim a democracia pode ser usada para consolidar o poder de uma minoria privilegiada (Rosenfield, 2008), que controla os recursos e os meios de produção.

Durante os últimos quatro anos da democracia brasileira, tendo como chefe de Estado o presidente Jair Messias Bolsonaro, o país passou por um período nunca visto antes no cotidiano brasileiro, com intensos ataques a democracia. O primeiro ponto a se entender o porquê o governo Bolsonaro é uma ameaça à integridade da democracia a longo prazo está inicialmente em seu uso exacerbado e fanático de discursos de ódio não apenas contra a oposição política que Bolsonaro possuía em forma de o fantasma do comunismo, muito pelo contrário. O até então presidente fez uma longa campanha de disseminação de uma ideia completamente artificial nem um pouco original e bem comum de ser inventada por populistas autoritários, gerando o sentimento de nós contra todos, as oposições a política, ideal de cidadão, qualquer órgão que não tivesse sua afinidade era vista como imprópria, nociva e uma ameaça a estabilidade de sua agenda política. Mesmo que Bolsonaro não tenha diretamente dito para que ações hostis devessem ser tomadas, ficou claro em todo seu governo a implantação da semente da discórdia que ele sabia muito bem que seu eleitorado seria capaz de entender como um pedido informal para que essas “ameaças” fossem lidadas de modo direto.

O governo das leis significa que o poder político deve estar limitado por leis e por uma Constituição, pois o governo não deve agir de forma arbitrária ou discriminatória (Rosenfield, 2008), e que todos os cidadãos devem ser tratados de forma igual perante a lei, ou seja, é o processo de consolidação das novas instituições democráticas, que se despegam do tempo e visam unir a sociedade segundo novos princípios.

Um conceito apresentado no livro de Levitsky e Ziblatt é sobre a presença dos Árbitros, pois:

O presidente pode infringir a lei, ameaçar direitos civis e até violar a Constituição sem ter que se preocupar com a possibilidade de tais abusos serem investigados ou censurados. Com tribunais cooptados mediante alteração de sua composição e autoridades policiais rendidas, os governos podem agir com impunidade. (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 63)



Chega a ser desnecessário dizer que Bolsonaro criou um governo onde os cargos de poder foram divididos entre uma união de seus familiares, árbitros que com total certeza não iriam se voltar contra Bolsonaro e indivíduos que possuíam laços afetivos e por isso receberam cargos por indicação e não competência, os títulos onde isso fica mais escancarados são o ministério da educação, ministério da saúde e a Polícia Federal. Sendo assim o aparelhamento das instituições foi claramente uma das iniciativas antidemocráticas mais fortes que Bolsonaro poderia ter cometido, onde o Supremo Tribunal Federal é considerado um inimigo declarado para Bolsonaro, constantemente chamando o órgão de ditador, censurador e tendo ódio aberto pela figura de Alexandre de Moraes. O aparelhamento do Supremo Tribunal não foi um sucesso para o governo Bolsonaro, logo sobrou como segunda opção a de inverter o jogo e começar a criação de discursos pelo chefe de estado que colocam o Supremo Tribunal como a real ameaça a democracia.

Isso entra em outra das formas de enfraquecimento da democracia brasileira, o uso constante de notícias falsas, não é longe da realidade que a maior força que Bolsonaro possuiu para fazer com que ocupasse a presidência durante um mandato foi a mídia eleitoral. O ex-presidente apostou todas as suas fichas na Internet, e isso fez com que ele garantisse uma massa de manobra mais que funcional aos seus propósitos, se fazia indiferente participar de debates e qualquer outra forma democrática de ganhar poder político e conseguir votos, o que os seus eleitores queriam ouvir já estava mais que disponível nas redes sociais, sendo isto ódio, desinformação, a figura paterna de um messias salvador de um país em recessão.

Marx e política

Ao longo dos anos a historiografia, ou seja, toda produção já realizada sobre a história, foi se modificando, em que foram surgindo várias teorias (visões de mundo) que estão relacionadas com aspectos teóricos que são base para o desenvolvimento de uma reflexão consistente, envolvendo, métodos, processos, etapas (formulação de hipóteses, discussão de paradigma e conceitos) e critérios. Essa diversidade em olhar a mesma



realidade com um viés teórico diferente, além do senso comum, se dá a partir do propósito e da finalidade que o historiador quer deixar com a sua escrita, além de depender do contexto o qual está inserido. Vale lembrar que nem toda visão de mundo é uma teoria, pois pode apresentar falhas na metodologia, durante a pesquisa com as fontes, do mesmo modo as emoções e as sensações se sobressaírem em virtude da razão e do método, sendo caracterizado por um momento instantâneo (Barros, 2011).

Dentre as diversas teorias da História tem a corrente do materialismo histórico, proposto e discutido por Karl Marx e Friedrich Engels que vem como críticos do capitalismo e propõem maneiras de superar tal sistema. Para Marx, a atividade política não pode ser reduzida às relações entre governantes e governados, mas deve levar em conta as relações entre as classes sociais, a lógica do capital e da força de trabalho (Maar, 2006), ou seja, a atividade política deve ser orientada para a luta de classes independentemente da forma de governo. Essa luta pode se dar em diferentes níveis, desde a esfera do trabalho, onde os trabalhadores se organizam em sindicatos e associações, até a esfera do Estado, onde os partidos políticos representam os interesses das classes sociais.

Nesta perspectiva, as relações sociais dos indivíduos são baseadas nos meios de produção, ou seja, há uma relação material na sociedade (Borges, 2013) em que as condições econômicas (estruturas) de produção passam a ser os elementos determinantes da feição de cada sociedade, que as projetam na política, na ideologia e na cultura (superestruturas). Junto com essa análise, a História é vista a partir da luta de classes,

Para Marx e Engels, a história é um processo dinâmico, dialético, no qual cada realidade social traz dentro de si o princípio de sua própria contradição, o que gera a transformação constante na história. A realidade não é estática, mas dialética, ou seja, está em transformação pelas suas contradições internas. No processo histórico, essas contradições são geradas pela luta entre as diferentes classes sociais. (Borges, 2013, p.37)

Esse cenário de contradições se dá a partir das desigualdades entre a dominante (burguesia) e o dominado (proletariado), além da exploração e miséria que as classes baixas enfrentando no dia a dia, em contrapartida as classes média e alta são cercadas de privilégios e controlam o cenário político e econômico. Diante desse confronto, os dominados devem se entender que são sujeitos históricos capazes de transformar a realidade em que vivem (Azevedo, Seriacopi, 2005).



Quando se fala sobre Estado, o pensamento de Marx se mostra útil para entender melhor o cenário político e as relações de poder, pois a questão do Estado seria transferida para as classes, ou seja, o Estado representa uma classe e estaria submetido ao comportamento e aos interesses dessa classe que está no poder. Marx traz para discussão que o Estado é um reflexo da sociedade, levando a política para o campo social (Maar, 2006). As eleições são um processo democrático pelo qual os cidadãos escolhem seus representantes. Os representantes eleitos são responsáveis por tomar decisões políticas, incluindo decisões econômicas. No entanto, as eleições nas democracias ocidentais não levam a mudanças profundas nos mecanismos econômicos de tomada de decisões (Rosenfield, 2008), pois decisões econômicas continuam a ser tomadas por um pequeno grupo de pessoas, mesmo após a mudança de governo, resultando num problema para a democracia em que se concentra poder e ameaça a soberania popular (Rosenfield, 2008).

Esse fenômeno pode ser explicado por uma série de fatores. O primeiro fator é que as grandes empresas e os bancos têm um grande poder econômico e podem usar esse poder para influenciar as decisões políticas, levando a políticas que favoreçam os interesses dessas empresas e bancos, em detrimento dos interesses da maioria da população. O segundo fator seria que a economia moderna é complexa e exige conhecimentos especializados para ser compreendida. Um último fator é a falta de transparência na tomada de decisões, distanciando a população. Em consonância a isso, no caso de uma sociedade capitalista, os interesses dos capitalistas são garantidos pela própria estrutura do Estado, independentemente de quem esteja no governo, pois mesmo que os capitalistas não estejam no governo, eles ainda podem influenciar as decisões políticas através de seus representantes. Isso ocorre porque o Estado capitalista é dominado por uma elite que defende os interesses dos capitalistas.

Um Estado capitalista pode ter um governo de qualquer tipo, desde uma ditadura militar até uma democracia liberal. A forma de governo não é determinante para os interesses dos capitalistas, que sempre serão privilegiados, mesmo que eles não estejam diretamente no governo. A atividade política deve estar voltada para a construção de uma sociedade justa e igualitária, ou seja, a política deve ser democrática e para isso acontecer, Marx propõe o socialismo, uma maneira que assegura a democracia, pois garante os direitos de todos os cidadãos, independentemente de sua classe social (Maar, 2006),



contudo se um indivíduo está voltado para a democracia, mas está inserido no sistema capitalista, ele ou o partido político podem lutar por reformas que promovam a justiça social e a igualdade de oportunidades, defendendo o direito e interesses da maioria que o elegeram, como educação de qualidade, assistência à saúde e oportunidade de emprego.

Mercado e democracia

No passado, a sociedade e o Estado eram mais interligados. O Estado tinha um papel mais ativo na economia e na vida social. Na modernidade, a sociedade e o Estado se tornaram mais independentes. O Estado deixou de intervir diretamente na economia e a sociedade passou a ter mais autonomia. A descontinuidade entre a sociedade e o Estado na modernidade teve duas consequências principais. A primeira foi uma desorganização das relações sociais, isso porque o Estado não mais desempenha o papel de regulador da economia e da sociedade. A segunda consequência foi a separação entre a esfera econômica e a esfera política, pois a economia passou a ser regida por leis próprias, independentes das leis do Estado.

Nesse contexto, o mercado passou a ser o principal regulador da economia, na sociedade, o Estado deixou de intervir diretamente na vida das pessoas, em que passaram a ter mais liberdade e autonomia, já na política, o Estado passou a ser mais democrático. O povo passou a ter mais participação nas decisões políticas. Essas mudanças tiveram um impacto profundo na sociedade moderna. Elas levaram à formação de uma sociedade mais complexa e diversificada (Rosenfield, 2008).

O mercado é um sistema econômico baseado na livre concorrência. Ele é regido por leis próprias, independentes das leis do Estado. A democracia, por outro lado, é um sistema político baseado na soberania popular (Rosenfield, 2008), ou seja, o povo tem o poder de escolher seus representantes e de participar das decisões políticas.

Quando o Estado tenta eliminar o mercado, ele está tentando controlar a economia. Isso significa que o Estado está interferindo na esfera econômica, que é regida por leis próprias. Essa interferência pode levar à perda da liberdade econômica e à concentração de poder nas mãos do Estado, pois essa perda pode levar à perda da democracia. Isso porque a democracia depende de uma sociedade livre e próspera.



Quando a economia é controlada pelo Estado, as pessoas perdem a liberdade para fazer suas próprias escolhas econômicas, levar à insatisfação popular e à instabilidade política (Rosenfield, 2008). Dois exemplos podem ser dados nessa situação, um é a União Soviética, visto que o Estado tentou eliminar o mercado e estabelecer um sistema econômico centralizado, levando à perda da liberdade econômica e à concentração de poder nas mãos do Estado, resultando num regime totalitário que suprimiu a democracia. Outro exemplo é a China, que ainda mantém um controle significativo sobre a economia, levando a uma limitação na liberdade econômica e a participação popular nas decisões políticas, isto é, uma democracia "parcial".

Nesta perspectiva, em um Estado liberal, Rosenfield (2008) aponta duas limitações. A primeira é que o Estado liberal não conseguiu controlar os efeitos negativos do mercado. O mercado é um sistema econômico baseado na livre concorrência, que pode levar a situações de desigualdade, pobreza e instabilidade social. O Estado liberal tentou intervir no mercado para corrigir esses problemas, mas não foi bem-sucedido. A segunda limitação é que o Estado liberal não foi capaz de garantir a democracia real.

A democracia liberal é baseada na soberania popular, mas o Estado liberal acabou protegendo apenas os interesses das classes dominantes. A democracia tornou-se apenas formal, sem significado real para a maioria da população. Apesar dessas limitações, o Estado liberal também trouxe conquistas importantes. Uma dessas conquistas foi o desenvolvimento dos valores democráticos. As lutas sociais que ocorreram no século XX levaram à ampliação dos direitos políticos e sociais dos cidadãos.

Democracia nas redes

Quando se apresenta como brasileiro veem no imaginário um país pacífico, tolerante e amigável, ou seja, que despreza conflitos, além de valorizar a democracia e a convivência do “diferente”, indo em contrapartida dos outros países. Entretanto como aponta a historiadora e antropóloga Lília Mortiz Schwarcz,

Em lugar do “ritual da tolerância”, passamos a praticar o oposto; o confronto e a expressão aberta da polaridade que sempre existiu na nossa história mas andava silenciada. Talvez por isso, hoje em dia muitos brasileiros não se preocupem mais em se definir como pacíficos; preferem desfilas sua intolerância. (Schwarcz, 2019, p. 211)



Uma prática que exemplifica essa fala da autora são os últimos acontecimentos na política desde as eleições de 2018, como discursos de ódio, movimentos autoritários e antidemocráticos, racismo, sexismo, misoginia, homofobia, pragmatismo religioso, xenofobia, tendo seu auge no dia 08 de janeiro de 2023. Assim levando a uma polarização de ideia, em que se cria dois lados “eles” e “nos” ou “eles contra nós” e “nos contra eles”,

A razão binária produz, ainda, um sentimento beligerante de contraposição, que gera desconfiança diante de tudo que não faça parte da própria comunidade moral: a imprensa, os intelectuais, a universidade, a ciência, as organizações não governamentais, as minorias e os novos agentes políticos. No seu lugar, vigora a simplicidade do homem comum e que tem um cotidiano parecido com seus eleitores. “É gente como a gente”. (Schwarcz, 2019, p.212)

As redes sociais, por sua vez, desempenham um papel importante nesse processo. Nas últimas décadas, desempenharam um papel crucial na transformação do cenário político e social em todo o mundo, incluindo o Brasil, visto que se tornou palco na mobilização de movimentos sociais. Isso permitiu que as pessoas se organizassem e promovessem mudanças sociais, abrindo novas oportunidades para a participação democrática, possibilitando que aquelas vozes que antes eram marginalizadas fossem ouvidas e que pessoas se conectem com outras de maneira virtual, em que são expostas principalmente a informações e perspectivas que confirmam suas próprias visões de mundo. Ao fornecer um espaço para a expressão livre e o compartilhamento de ideias, elas inicialmente propõem promover a liberdade de expressão e a democracia. No entanto, à medida que o tempo passou, surgiram questões preocupantes, em que a polarização política e a intolerância aumentaram nas redes sociais, muito justificadas pelas bolhas de filtro, algoritmos de recomendação e disseminação de *fakes news* alimentam a divisão entre grupos ideológicos, levando a uma desconfiança nas instituições democráticas, minando a própria essência da democracia (Prioli, 2022).

Ademais a liberdade de expressão, um princípio fundamental da democracia, tem sido comprometida à medida que o discurso de ódio, a desinformação e a incitação à violência proliferam nas redes sociais. A intolerância tornou-se uma preocupação, com a difamação se tornando cada vez mais comum, ameaçando a segurança e a dignidade de muitos usuários.



Com a ajuda da psicométrica, que é uma ferramenta da área de psicologia para medir características psicológicas das pessoas, como personalidade e preferências, e a personalização das redes, ou seja, capacidade das redes sociais e plataformas online de adaptarem o conteúdo que é exibido aos usuários com base nos algoritmos que analisam os dados dos usuários, como histórico de navegação e interações, para oferecer conteúdo mais relevante e direcionado. Visto isso, as bolhas sociais evoluíram para bolhas filtradas de acordo com as preferências individuais. Isso pode levar a uma falta de diversidade de opiniões e limitar o diálogo e a troca de ideias, além de reforçar estereótipos e preconceitos. A tensão entre opostos faz parte da democracia, mas o que o autor nos traz é que as oposições passaram a ser simplesmente ignoradas.

pois não se adequam à narrativa que gera a identidade, pois renunciar às convicções seria perder a identidade, o que é preciso evitar a qualquer custo. A conciliação não é mais possível. A opinião externada por eles não é discursiva, mas sagrada, pois ela coincide completamente com a identidade que lhes é impossível renunciar (Han, 2022, p. 38)

Em sua obra “Infocracia: digitalização e a crise da democracia”, o filósofo sul-coreano Byul Chun Han descreve que vivemos em um regime de informação onde a exploração de corpos e energias foi substituída pela dominação, produção e acesso a dados e informações.

No regime de informação, as pessoas não são mais telespectadores passivas, que se rendem ao entretenimento. São emissores ativos. Produzem e consomem, de modo permanente, informações [...] A estrutura de anfiteatro das mídias de massa cede lugar à *estrutura rizomática* das mídias digitais que não têm centro. Desse modo, nossa atenção não é mais dirigida a temas relevantes para a sociedade como um todo (Han, 2022, p. 23-24)

Segundo Han, a crise da democracia origina-se primeiramente na crise da comunicação e da escuta. Han cita Hannah Arendt ao defender que o pensamento político depende da presença do outro “a imaginação é necessária para o discurso democrático já que ela me torna capaz ‘sem renunciar minha própria identidade, de ocupar uma posição no mundo que não é minha, e, desde essa posição, formar minha própria opinião’” (Han, 2022, p.33). Entretanto, na sociedade contemporânea brasileira, não há diálogo, caracterizada pelo egoísmo extremo em que o indivíduo não consegue se colocar no lugar



do outro e se importa somente com as suas próprias necessidades, pois acredita que é superior aos outros e pode fazer o que quiser com eles, ou seja, as pessoas estão menos propensas a se envolver em conversas significativas e trocas de ideias com outras pessoas. Em vez disso, elas estão focadas em si mesmas, em suas próprias capacidades e identidades. Na sociedade da Infocracia, contudo, não há tempo para a reflexão racional, os afetos são mais rápidos. Byul Chun Han afirma que processos eleitorais e a vida pública de modo geral tornaram-se grandes guerras de informações e performance.

Considerações Finais

O cenário atual da democracia brasileira é marcado por desafios e dinâmicas complexas. A polarização política é uma característica no contexto atual, com divisões entre diferentes setores da sociedade, evidenciada por debates polêmicos, tensões institucionais e desconfiança mútua entre grupos políticos. O Brasil experimentou uma ascensão de movimentos políticos e líderes com orientações autoritárias. A resposta para isso é complicada de ser formulada de fato, no entanto, uma das coisas que se torna essencial para que a democracia continue saudável ou ao menos razoavelmente estável é combater o autoritarismo em forma de todos os “Ismos” sem que sejamos coniventes a seu avanço que obviamente ocorre ao redor do globo diariamente. Devemos vencer o autoritarismo mantendo os valores da democracia intactos. Além disso, para fortalecer a democracia, é crucial buscar mecanismos que promovam o diálogo construtivo, a inclusão e a promoção da diversidade.

Antes de ir ao ponto principal, devemos perguntar se, de fato, a democracia está desgastada ou se ela está ameaçada. É preciso seguir em alerta vendo a possibilidade de governos democráticos serem minados e passarem a se tornar impopulares, olhando todo esse contexto social dos últimos anos. Portanto, já é mais que suficiente para que fiquemos preocupados e em prontidão para fazer com que ideais antidemocráticos não consigam passar do seu estágio inicial. A democracia é um sistema político complexo e dinâmico, que depende da participação e da cooperação dos cidadãos, a partir de ações práticas como o direito de votar, de se candidatar a cargos públicos e de participar de associações políticas, dos direitos e deveres perante a lei, independentemente de sua raça,



religião, gênero ou classe social e ter a oportunidade de participar da vida cultural, esportiva e artística da comunidade.

Apesar de todos esses argumentos, ainda sim a democracia é a melhor forma de governo, pois é ela que garante maior liberdade, participação política e abre caminho para o pluralismo e para diversidade. Em harmonia a isso, Ruciman (2018) ressalta que a “democracia nos prestou bons serviços” e que em momento de crise a democracia nos faz pensar e olhar para o passado, pois não queremos abrir mão do que nos trouxe até aqui, e para o futuro, que seria o anseio para coisas melhores.

Independentemente de o vislumbre do futuro não parecer animador, a democracia adiará seu último suspiro o quanto puder. Um dos últimos conselhos de David Runciman nos ajuda a reconhecer que, o fim da democracia não significa o fim da sociedade civil como um todo, pois a sociedade é um conjunto de organizações e cidadãos que atuam independente do governo. O medo de perdê-la é válido, a experiência democrática trouxe muitos benefícios para a humanidade. Porém ela não é inviolável em nossa trajetória histórica passamos por diferentes modelos de governo, mesmo que Churchill tenha afirmado que a democracia seria a melhor entre os piores, entre o autoritarismo e a anarquia existem e existirão outras formas de se viver.

O que precisamos ter em mente por enquanto é que “se ainda resta vida à democracia, ela precisa ser vivida. Se formos desperdiçar o período que ainda nos resta preocupados com o fim, o tempo simplesmente passará como um borrão” (Runciman, 2018, p.194), ou seja, o autor enfatiza a importância de aproveitar a democracia enquanto ela existe, assim devemos participar de maneira ativa no jogo democrático, defendendo nossos direitos, tomando parte da política, além de valorizá-la enquanto ela está presente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, G. C.; SERIACOPI, R. **História: volume único**. São Paulo: Ática, 2005.

BARROS, J. A. **Teria da História: Princípios e conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2011.



BORGES, V. P. **O que é História**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

COSTA, M. **A História do Brasil para quem tem pressa**. Rio de Janeiro: Valentina, 2022.

FICO, C. **A História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2021.

FUNARI, P. P. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2019.

HAN, B. C. **Infocracia: Digitalização e a crise da democracia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2022.

LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAAR, W. L. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRIOLI, G. **Política é para todos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

ROSENFELD, D. L. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RUNCIMAN, D. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.